

Congresso tenta fazer última votação

ESTADO DE SÃO PAULO 03 JUL 1990

Carneiro decide mandar lei orçamentária para o presidente como se tivesse sido aprovada

BRASÍLIA — Os líderes partidários no Congresso decidiram, às 19h30 de ontem, empreender um último esforço para votar, antes do recesso, oito projetos de lei destinando verbas suplementares a vários setores. Também tentaram transferir, para agosto, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, o orçamento do governo para 1991). Àquela altura da noite havia quórum para abertura da sessão, mas não para soluções. Pela manhã o presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro, já estava decidido a devolver a LDO para a sanção presidencial, como se ela tivesse sido votada e aprovada, com base em parecer do assessor legislativo do PFL, Henrique Hargreaves.

A decisão de devolver a LDO ao presidente foi contestada pelos partidos de oposição, mas a tentativa de acordo, feita no início da noite, visava a garantir a votação dos projetos de complementação suplementar. Entre esses projetos há vários tramitando em regime de urgência, como por exemplo o que destina verba adicional de Cr\$ 10 bilhões ao Ministério da Ação Social, para a manutenção do Programa Nacional do Leite até dezembro. O dinheiro, vai atender às crianças carentes de todo o País.

Outro crédito suplementar de urgência destina Cr\$ 3,3 bilhões para o Programa de Alimentação Escolar, a cargo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). O programa atende a 236 mil escolas e a mais de 28 milhões de estudantes.

A abertura de licitações para as obras de conservação das estradas federais também corre perigo. O crédito especial de Cr\$ 12 bilhões depende de aprovação para a concorrência ser liberada e, como os demais, sofre os efeitos da obstrução dos trabalhos do Congresso.

Na mesma situação está o crédito suplementar de Cr\$ 5,1 bilhões solicitado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e 26 Tribunais Regionais Eleitorais. Esses recursos se destinam às despesas da Justiça Eleitoral nas eleições de outubro. "Mais importante que tudo é a política salarial", afirma o deputado Paulo Paim (PT/RS). Ele é um acirrado defensor da obstrução patrocinada pelos partidos de esquerda.

Até os quartéis estão em situação desesperadora. Já reduziram o expediente e cortaram a alimentação dos recrutas porque dependem de crédito suplementar de Cr\$ 4,5 milhões.



AE